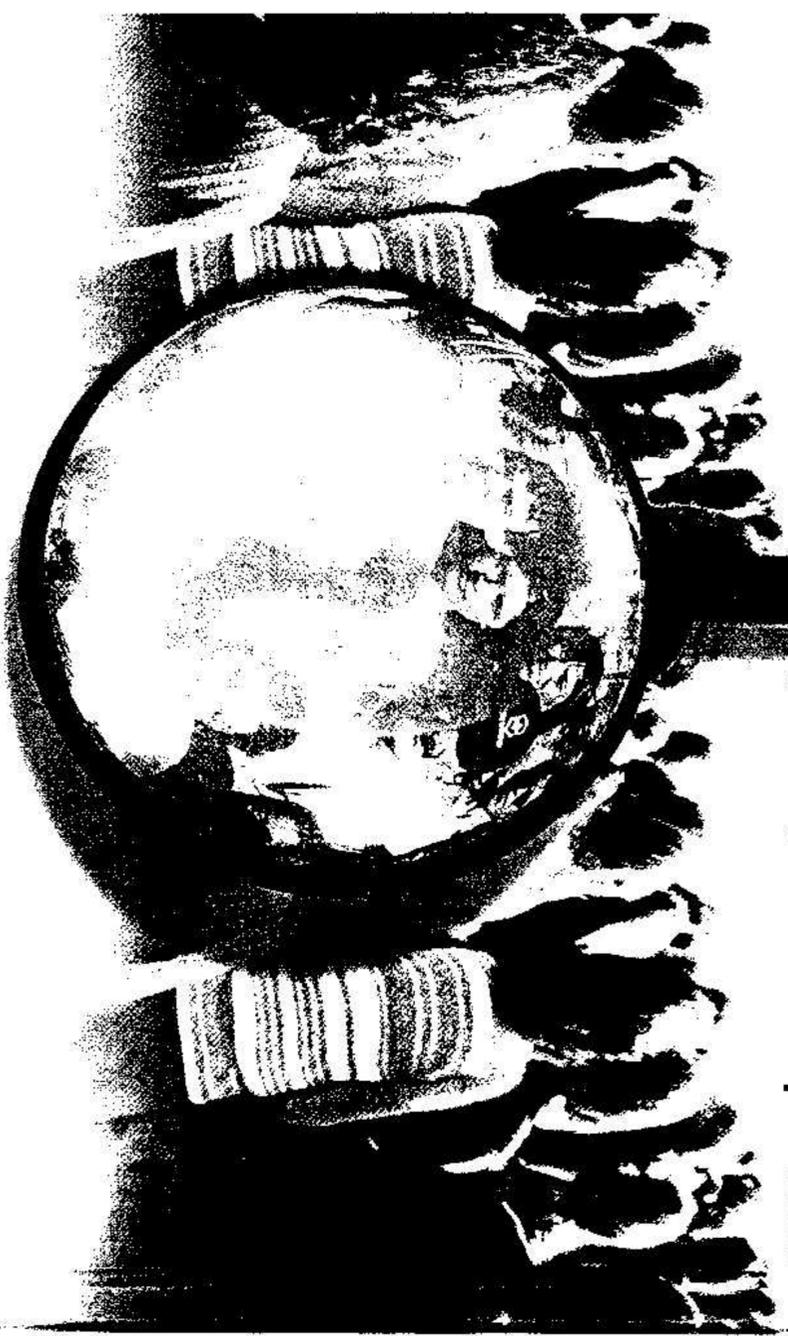


120

Tim May

Pesquisa Social

Questões, métodos e processos



A terceira edição totalmente revista e atualizada deste texto extremamente popular incorpora os últimos desenvolvimentos do campo interdisciplinar da pesquisa social. **Tim May** transpõe a lacuna entre as teorias e os métodos na pesquisa social, iluminando os elementos essenciais para o entendimento da dinâmica das relações sociais.

O estilo literário claro, as questões para reflexão e as indicações para leituras adicionais fazem desse livro o parceiro ideal para o estudo das ciências sociais.

VISITE NOSSO WEB SITE:
www.artmed.com.br



ISBN 85-363-0199-6
9 788536 301990

Tim May PESQUISA SOCIAL Questões, métodos e processos



TIM MAY

Pesquisa Social

Questões, métodos e processos



120
120
120

Obra originalmente publicada sob o título
Social Research – Issues, methods and process

© Open University Press, 2001

ISBN 0-335-20612-3

Capa:

Gustavo Macri

Preparação do original

Joana Jurema Silva da Silva

Leitura final

Aline Pereira

Supervisão editorial

Mônica Ballejo Canto

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Alexandre Müller Ribeiro

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à

ARTMED® EDITORA S.A.

Av. Jerônimo de Ornelas, 670 - Santana

90040-340 Porto Alegre RS

Fone (51) 3330-3444 Fax (51) 3330-2378

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO

Av. Rebouças, 1073 - Jardins

05401-150 São Paulo SP

Fone (11) 3062-3757* Fax (11) 3062-2487

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL

PRINTED IN BRAZIL

À memória do meu pai, Roy May

Valores e ética no processo de pesquisa **3**

Nos Capítulos 1 e 2, examinamos as questões que informam a prática de pesquisa social para estimular uma “consciência problematizada”. Isso foi feito na crença de que, embora não hajam respostas fáceis para as questões abordadas, uma consciência das limitações do nosso trabalho, assim como de suas potencialidades, permite-nos refletir sobre as mesmas de maneira produtiva e tomar as atitudes apropriadas. Dito isso, com frequência, é só depois de realizar pesquisa que um período de reflexão permite que isso ocorra, pois, cada vez mais, as pesquisas são impulsionadas por interesses particulares que demandam resultados em prazos cada vez menores. Essas considerações levam-nos à esfera da relação entre a pesquisa e os juízos de valor. Portanto, este capítulo examina a natureza dos juízos de valor, como os valores entram no processo de pesquisa e as diferentes perspectivas que existem sobre a sua influência na produção de dados sociais. Depois, na segunda seção, é examinado o lugar da ética na pesquisa social. Dados os valores e interesses que de forma tão frequente guiam o processo de pesquisa – na maioria das vezes não-antecipados – a ética é uma parte central da manutenção da integridade e da legitimidade da prática da pesquisa.

VALORES E PESQUISA SOCIAL

Nesta seção, o meu propósito não é rever a extensa literatura sobre a relação entre os valores e a prática científica, mas auxiliar no entendimento sobre as maneiras mediante as quais os valores e a prática de pesquisa interagem. Para isso, primeiro, deverei considerar o que significa juízo de valor e, depois, passar para o exame dos modos como os valores entram no

processo de pesquisa. Essas discussões proverão uma base a partir da qual podem ser considerados os argumentos sobre a relação entre os valores e a pesquisa.

O que são juízos de valor?

Nas nossas conversas e juízos cotidianos, fazemos declarações de dois tipos: as *positivas* e as *normativas*. Uma idéia de ciência orgulha-se da capacidade de separar as enunciações sobre o que acontece (positivas) das que dizem respeito ao que os cientistas gostariam que acontecesse (normativas):

Na filosofia com frequência é dito que os fatos correspondem a enunciações sobre o que “é”, enquanto os valores, àquelas sobre o que “deve” ser. Em outras palavras, enunciar um fato é descrever a maneira que algo é. As enunciações sobre o que deve ser atribuem um valor a algo ou prescrevem como alguém deveria agir. Por exemplo, se sabemos que o que segue é verdade, podemos dizer que é um fato (uma enunciação “é”): “Garfield tem três casas, seis carros e 2 milhões de libras no banco”. Por outro lado, “Garfield é um avaro” é uma enunciação “deve”. (M. Williams e May, 1996, p.109)

De acordo com essa distinção, a ciência deveria empenhar-se em fazer juízos livres de valores. Embora isso pareça separar as questões sobre “o que são” os fatos do “que deveria ser” o caso, isso torna-se discutível pela interação constante delas e a ausência de uma separação clara entre as crenças da sociedade e as idéias da ciência. Por exemplo, alguns grupos religiosos no século XIX acreditavam que o mundo tinha apenas alguns milhares de anos de idade. Avanços subsequentes da geologia demonstraram que algumas rochas tinham milhões de anos e outras eram ainda mais velhas. Diante dessas descobertas, esses grupos religiosos tinham diversas escolhas. Primeiro, podiam negar a validade das descobertas científicas. Segundo, podiam modificar as suas convicções considerando as descobertas. De fato, um estudioso do relacionamento entre a teologia e a filosofia vê isso como uma parte importante do desenvolvimento intelectual daquelas que são firmemente comprometidos com um conjunto de crenças (McPherson, 1974). Por fim, poderia manter-se uma situação de ambivalência na qual as crenças continuam sem modificação e as evidências são aceitas. Nesse caso, uma descoberta científica “positiva” ao que parece contrariou uma crença religiosa que se mantém. Todavia, as descobertas científicas positivas podem ser acomodadas em sistemas de crenças. Por exemplo, argumentar que Deus foi responsável pela ocorrência inicial pode incorporar a teoria do *Big Bang* da origem do universo.

O exposto acima demonstra que o mundo social e o natural não são tão claramente distintos como pareceria sugerir uma separação estrita entre fato e valor, ou afirmações positivas e normativas. Ao invés, parece haver uma interação constante entre a prática científica e as crenças sociais, com efeitos resultantes sobre a prática de pesquisa assim como sobre essas mesmas crenças. Por exemplo, os cientistas debatem uns com os outros o conceito e os efeitos do aquecimento global e a relação entre a quantidade de açúcar que uma pessoa consome e a saúde bucal da pessoa – para não falar nas origens do universo!

Nas ciências sociais, lidamos rotineiramente com fenômenos que as pessoas já estão de modo aplicado interpretando e contemplando com significados e valores. Isso parece tornar nossa tarefa como pesquisadores diferente daquela do cientista natural. Não obstante, deveríamos ser cautelosos para não exagerar esse argumento. Aceitar a possibilidade de que as ciências sociais tenham uma dimensão hermenêutica ou interpretativa em suas atividades não significa necessariamente que elas apenas reflitam e não possam explicar as origens e efeitos desses valores através de uma investigação rigorosa e sistemática. Procurar explicações desse tipo vem em resposta a “por quês” – nesse caso, por que as pessoas mantêm determinados valores? Também é digno de atenção que o ambiente natural não é apenas uma arena de contestação, por exemplo, em relação à sua conservação, mas que uma separação estrita dos mundos social e natural também não é um assunto simples e sem problemas como poderia parecer à primeira vista.

Agora, precisamos perguntar o que são exatamente juízos de valor? Podemos defini-los como expressões que contêm desaprovação ou aprovação e trazem consigo “a implicação de que o que recebe aprovação não deveria receber se a expressão é utilizada em circunstâncias onde é demandado ação” (Emmet, 1966, p.39). Para considerar as implicações dessa definição, vejamos alguns exemplos (de Emmet, 1981). No primeiro, é pedido a duas pessoas que digam qual de duas varetas é mais comprida, olhando-as e tocando-as (utilizando os sentidos). Então, podemos medilas com instrumentos para, aparentemente, resolver qualquer dúvida sobre qual é a mais longa. Essa é considerada uma questão de fato. Entretanto, isso é assim tão simples? Digamos que as varetas sejam de metal. A certa temperatura, uma pode ser mais longa do que outra (elas têm coeficientes de expansão linear diferentes). Qual delas podemos dizer que é a mais longa? De modo semelhante, coloco uma na água e outra sobre uma mesa. Qual delas é a mais longa? Se peço para que alguém me diga, olhando para elas, a maneira pela qual a luz é refletida para os olhos da pessoa será distorcida pelo meio. A resposta sobre qual delas é a mais longa agora dependerá da sua temperatura, dos seus coeficientes de expansão, da pre-

cisão dos instrumentos de mensuração e das condições sob as quais são observadas. Então, poderíamos ser capazes de dizer qual é a mais longa acrescentando essas “cláusulas” às nossas conclusões.

Considere um segundo exemplo. Alguém pergunta a você qual de dois velocistas é o “melhor”. Como pesquisador, que procura esclarecimentos antes de aceitar as definições como auto-evidentes, você pergunta o que o interlocutor quer dizer com “melhor”. Essas questões tomam a forma de “depende o que você quer dizer por X”. Você pode saber que o velocista A é melhor do que o velocista B nos 400 metros, mas o B é melhor que o A nos 1.500. Então, você precisa de esclarecimentos antes que possa responder, porque está sendo pedido que faça uma *avaliação comparativa* entre os velocistas. Não há uma resposta “correta”, porque cada um deles é mais rápido que o outro em certas distâncias. A sua resposta dependerá de qual você preferir e do porquê.

Podemos estender essa discussão se considerarmos pedir a duas pessoas que sentem em uma cadeira e expressem uma opinião sobre o conforto dela. Uma delas diz que ela é confortável; a outra diz que é a cadeira mais desconfortável em que ela já sentou! Elas estão expressando uma opinião que têm sobre o conforto de uma cadeira. Não é uma questão de fato passível de ser verificada, mas de gosto pessoal. Entre as questões ditas de fato e as questões de gosto, temos toda uma esfera de juízos – denominados apenas juízos de valor – com a qual constantemente, como pesquisadores sociais, estamos lidando.

Muitas pessoas acham a idéia dos juízos de valor incômoda – por que eles não podem ser fatuais? Como uma problemática metodológica, isso iria exigir uma separação estrita da linguagem da observação da descrição teórica do que está sendo observado – uma característica do positivismo lógico, que, na prática, é impossível de manter (veja M. Williams e May, 1996, Capítulo 2). Em vez de tomar esse caminho, poderíamos dizer que os valores são uma parte fundamental da condição humana e deveríamos colocar a questão de uma maneira diferente e, assim, procurar uma resposta diferente. Não deveríamos procurar o impossível – a eliminação dos valores –, mas fazer a pergunta mais importante: em que tipos de valores os juízos baseiam-se, e como esses afetam os próprios juízos?

Os juízos de valor são dependentes das crenças e experiências do cotidiano. Eles também dizem respeito a como gostaríamos que fosse a nossa experiência. Os juízos podem derivar de uma má experiência em circunstâncias que achávamos que seriam mais agradáveis. Por exemplo, entramos em uma organização e constatamos que nem todos são tão amigáveis como nos disseram que seriam e como esperávamos que fossem. Chegamos com uma expectativa de, por exemplo, estabelecer diálogo participativo em uma atmosfera de apoio visando alcançar um entendimento e tomar ações apropriadas. Entretanto, encontramos a estreiteza de opiniões e uma atitude defensiva no que

diz respeito às posições dos empregados lá estabelecidos. Assim, as expectativas não coincidiram com as experiências (veja Fineman e Gabriel, 1996). Não obstante, podemos ter idéias de como a organização poderia ser administrada, segundo uma orientação mais eficiente, agradável e cooperativa. Assim, não estamos procurando eliminar os valores, porque eles informam e relacionam-se às próprias razões pelas quais temos as nossas crenças, assim como às coisas as quais aspiramos. Em seu lugar, poderíamos procurar mudar os valores que guiavam a maneira na qual a organização era administrada. Então, precisaríamos entender as maneiras nas quais os valores entraram nesse processo e em que contextos, sem falar da natureza e da dinâmica do poder e do seu relacionamento com as posições hierárquicas na organização.

Valores no processo de pesquisa

Devido às somas de dinheiro envolvidas, a maioria dos projetos de pesquisa social de grande escala são patrocinados por governos e outras organizações ou agências. Com razão, poderia ser sugerido que elas têm interesses em determinados resultados. Não obstante, isso não sugere que as conclusões sejam inválidas, porque o trabalho é “interessado” como oposto a “desinteressado” (o que muitas vezes é considerado como sendo uma característica de certas idéias sobre objetividade). Com frequência, é feita uma ligação entre “interesse” e busca da “verdade”, mas se um cientista social tem êxito na produção da verdade, ele o faz “não a despeito do interesse que ele (sic) tem em produzir aquela verdade, mas porque tem interesse em fazê-lo – o que é o oposto exato do costumeiro discurso um tanto enganoso sobre a ‘neutralidade’” (Bourdieu, 1993, p.11, grifo do original).

A idéia de que a pesquisa social científica deva ser conduzida com interesses particulares em mente não é algo que simplesmente se evapore com a força do argumento mais razoável. Como os governos financiam as pesquisas com objetivos particulares em mente, há ataques periódicos contra a legitimidade da pesquisa que se contrapõem às expectativas governamentais – de todos os pontos do espectro político. Essencialmente, estamos lidando com a idéia de que uma democracia é o lugar onde podem ser produzidas pesquisas que se contraponham às expectativas dos financiadores, que desafiem, e não apenas reflitam, pressupostos. Com frequência, aquelas que desafiam são rejeitadas como “não-científicas”. Nesse ponto, as nossas faculdades críticas intelectuais deveriam vir para o primeiro plano e perguntar que definição de “ciência” está sendo invocada, por que razões e com quais efeitos?

Levando em conta essas considerações, é importante estar consciente das questões que cercam a produção de um trabalho e o lugar e a influência

dos valores nele. Como rotina, podem ser perguntadas as seguintes questões sobre qualquer pesquisa: quem a financiou? Com que intenção em mente? Como foi conduzida e por quem? Quais foram os problemas associados ao seu planejamento e execução, e como os resultados foram interpretados e utilizados? Isso permite um entendimento do contexto no qual a pesquisa acontece e as influências que sofre, bem como contrapor-se à tendência de ver a sua produção e o seu delineamento como uma questão técnica que simplesmente está livre da contaminação de influências “externas”. Implícita ou explicitamente, toda pesquisa envolve questões dessa sorte. Isso não invalida a pesquisa, pois, pelo contrário, um reconhecimento dessas questões eleva a nossa consciência do próprio processo e, portanto, aguça nossa capacidade de compreensão. Assim, a Tabela 3.1 ilustra os estágios nos quais os valores entram no processo de pesquisa.

Tabela 3.1 – Valores no processo de pesquisa

1. Interesses que levam à pesquisa
2. Objetivos, metas e planejamento do projeto de pesquisa
3. Processo de coleta de dados
4. Interpretação dos dados
5. A utilização feita das descobertas de pesquisa

Como todos estamos cientes, grupos diferentes na sociedade têm interesses diferentes e, com frequência, comportam-se de maneira a concretizar esses interesses. Por sua vez, uma habilidade em definir um problema ou questão de acordo com valores afetará todos os estágios do processo de pesquisa, mas, em primeira instância, o seu objetivo e delineamento. Nessas circunstâncias, os pesquisadores sociais deveriam ser cautelosos ao aceitarem que existe um problema para o qual deve haver uma solução. O modo como um problema é definido dependerá de diversos fatores, os quais ou influenciam valores ou permitem que os valores de certos grupos predominem sobre os de outros.

Com frequência, escuta-se um apelo por pesquisas “relevantes”, a despeito da ambigüidade sobre o que isso significa efetivamente (Eldridge, 1986). Em geral, são assim consideradas aquelas que servem aos fins de interesses particulares. Nesses casos, o pesquisador deveria fazer as perguntas: “relevante para quem e por quê?”. Esses interesses podem ser aliamentados constantemente por todo um exército de cientistas sociais. Bourdieu descreve esses cientistas como engenheiros sociais, “cuja função é oferecer receitas a líderes de empresas privadas e de agências governa-

mentais” (Bourdieu, 1993, p.13). Não obstante, mesmo se os pesquisadores recebem uma carta branca para delinear pesquisas da maneira que decidirem ou para realizar um projeto de pesquisa em qualquer área social que desejem, não significa que eles estejam imunes a valores. Ademais, deveríamos lembrar que, enquanto a produção de descobertas de pesquisa pode ser empregada como um meio de persuadir as pessoas a tentarem atingir fins particulares, há outros métodos disponíveis e, com frequência, mais efetivos. De fato, embora o filósofo antifundamentalista Richard Rorty veja o papel da ciência social como o de “interpretar” diferentes culturas, ele não considera a ciência como capaz de arbitrar em disputas sobre a própria realidade. Nesses casos, o recurso à enunciação de interesses na busca de um consenso que funcione é a única solução (Rorty, 1992).

Em particular, três fatores são significativos para essa discussão: cultura, história e poder. Primeiro, culturas diferentes têm valores diferentes. Como os valores de diferentes grupos variam, o que pode ser um problema para um grupo não o é para outro. O casamento heterossexual é um valor que transformou-se em lei no Reino Unido. Entretanto, a idéia de que esta é a única forma aceitável de duas pessoas viverem juntas é desafiada não apenas por outras culturas, mas também por grupos dentro de nossa própria sociedade, e, com esse conflito, pode haver um reconhecimento crescente dessas diferenças. A tribo Lele, da África Ocidental, pratica a políandria (uma mulher pode casar-se com dois ou mais homens), enquanto no Reino Unido o fenômeno do heterossexismo é cada vez mais desafiado por grupos homossexuais que desejam ter o direito de viver de uma maneira aceita como legítima. De modo bem simples, ser diferente não é necessariamente ser deviante. Como os valores variam entre as sociedades e no interior delas, as pesquisas não podem supor que elas são caracterizadas por algo chamado “consenso de valor”.

Segundo, a história muda, e com ela a maneira com que percebemos os problemas sociais. Conforme o tempo passa, as atitudes em relação aos eventos e aos grupos podem se alterar. O que é considerado errado ou deviante em um momento pode ser considerado normal em outra época: por exemplo, o movimento pelo sufrágio feminino foi considerado subversivo no início do século XX. Embora as atitudes quanto à liberação da mulher, em geral, ainda vão do apoio à suspeita e à hostilidade, é claro que a posição da mulher na sociedade em certa medida mudou – particularmente no caso do direito de votar. Aqui, também, deveria se ter cautela na aceitação de versões nostálgicas de um passado no qual os problemas de hoje não existiam. A pesquisa histórica cuidadosa tende a não apoiar tais narrativas (Pearson, 1983). Como resultado, requer-se uma consciência sobre as mudanças das condições que definem os problemas sociais.

Por fim, o poder social não é distribuído de modo igual entre os grupos. A definição de que existe um problema social dependerá do poder

relativo que as pessoas que o definem têm sobre aquelas que são definidas: por exemplo, aqueles com acesso à mídia podem ter mais poder na construção dos problemas sociais do que aqueles com acesso limitado. Nesses casos, podem ser requeridos métodos diferentes de pesquisa social se os poderosos impedem o acesso (veja Bourdieu com Saint Martin, 1995). Pode ser mais simples obter acesso aos grupos sociais que não podem se mobilizar tão facilmente para impedir ou controlar esse acesso. Dados esses fatos, em vez de simplesmente aceitar definições dadas, é igualmente válido examinar o processo através do qual um fenômeno foi definido como um problema em termos do poder dos grupos sociais. Dessa maneira, a idéia de que existe um problema (produto) é abandonada em favor de pesquisar como ela foi construída como um (processo). Essa é uma diferença sutil, mas profunda, na técnica de pesquisa, e pela qual os próprios valores sociais estão sujeitos ao escrutínio crítico. Entretanto, esses movimentos na direção de um construcionismo social deveriam ser temperados pela questão: a construção social do quê? (Hacking, 1999).

Ao considerar os valores que informam as decisões no curso da prática de pesquisa, feministas argumentam que os valores androcêntricos dos pesquisadores homens afetam todos os aspectos da sua prática desde o delineamento, passando pela coleta de dados até a interpretação e a aplicação. De forma semelhante, uma atitude racista pode afetar a maneira na qual a pesquisa é conduzida, enquanto os pesquisadores sociais podem ser heterossexistas nos seus métodos e interpretações, acreditando e perpetuando, por exemplo, que uma família "normal" e "legítima" é um homem e uma mulher que são casados e têm filhos. Nesse caso, a invocação de normalidade é um termo de valor. Como observado, a utilização desse termo supõe que as pessoas vivendo juntas que não satisfazem esses critérios são "desviantes" e "anormais".

No próprio processo de coleta de dados, há decisões a serem tomadas sobre as capacidades e fragilidades de métodos particulares em relação às metas e aos objetivos do projeto de pesquisa. A decisão quanto a qual método utilizar pode ser baseada nas próprias preferências do pesquisador, em oposição à aplicabilidade para a tarefa em pauta. Por exemplo, uma diferença entre uma decisão técnica e epistemológica (teoria do conhecimento) ao considerar os métodos qualitativo e quantitativo (Bryman, 1988a, 1998). Complementando, no próprio processo de coleta de dados, há uma série de decisões éticas e políticas a serem tomadas. Os pesquisadores podem desejar se concentrarem em um grupo em vez de outro, refletindo o seu próprio viés em relação àquele grupo. Em termos mais práticos, eles podem se concentrar em um grupo porque é mais fácil estudá-lo. De fato, uma crítica freqüente à pesquisa social é a sua concentração nos grupos menos poderosos. Assim, sabemos relativamente pouco sobre os gru-

pos de "elite" que podem ter o poder de impedir que a pesquisa seja realizada (Hertz e Imber, 1995).

A antecipação das aspirações de um patrocinador durante o processo de pesquisa também pode levar à seleção de dados e à interpretação daqueles aspectos das descobertas que "provam" os preconceitos dos patrocinadores. Alternativamente, a provisão de descobertas que não concordam com esses preconceitos pode levar a ataques contra a validade da própria pesquisa pelas partes interessadas, levando à ausência de financiamento oriundo dessas fontes no futuro. Pode ser argumentado que essas questões estão se tornando mais importantes conforme os acadêmicos e pesquisadores contratados estejam sob uma pressão crescente para publicarem e conquistarem verbas de pesquisa de agências financiadoras que seguem agendas particulares. Esse é um problema de *seletividade*.

Havendo seletividade, pode ser rejeitada uma série de descobertas interessantes que poderiam ajudar no entendimento e explicação. Ademais, os pesquisadores podem não apenas antecipar as necessidades dos patrocinadores, mas também interpretar o que consideram que "a maioria da sociedade" acharia aceitável. Por exemplo, tome um pesquisador que está examinando as estatísticas criminais. A sociedade pode estar preocupada com a criminalidade juvenil e as famílias mantidas por somente um dos pais, uma questão recorrente a julgar pela atenção que a mídia dispensa a mesma. Entretanto, no processo de realização das investigações, o pesquisador descobre que uma grande porcentagem da violência acontece contra mulheres em situações domésticas, e a maioria dos que a perpetraram são homens. Evidências desse tipo questionariam claramente os valores não apenas do pesquisador, mas também da sociedade que, em geral, reluta em intervir no que é considerado como sendo a inviolabilidade e a segurança associadas ao ideal da vida familiar "normal".

Dependendo das circunstâncias, o pesquisador influenciará a condução da investigação no que tange ao delineamento da pesquisa e à coleta e interpretação dos dados. Essa não é necessariamente uma vantagem, tendo em mente os argumentos do feminismo de posicionamento de que as experiências das mulheres são fundamentais para a produção de um conhecimento menos distorcido. Significa que, desde o primeiro estágio (os interesses que levam à pesquisa), passando pelo segundo (metas, objetivos e delineamento do projeto de pesquisa), passando direto para o quarto estágio (interpretação das descobertas), o pesquisador deve estar ciente do lugar dos valores no processo de pesquisa. O que é mais difícil de levar em conta são as influências mais amplas dos valores e como elas afetam a pesquisa? Esse torna-se um problema particularmente quando os resultados atingem um público mais amplo (a utilização feita das descobertas de pesquisa).

Nesse último estágio, as circunstâncias políticas podem sobrepor-se, a despeito da boa vontade ou das intenções do pesquisador. Então, os resultados da pesquisa podem ser utilizados para propósitos para os quais não havia intenção de que viessem a ser usados (o que é conhecido como conseqüências não-intencionais da ação social). Por exemplo, durante a Guerra do Vietnã, os cientistas sociais perguntavam às pessoas nas áreas rurais da Indochina questões que eram planejadas para eliciar ou descobrir as fidelidades morais e políticas delas. A despeito de ser declarado para os pesquisadores que isso tinha propósitos científicos, segundo foi alegado, a informação foi sabidamente utilizada pelos militares para selecionar alvos para bombardeio (J. A. Barnes, 1979, p.17). Isso leva-nos à seção sobre ética e a uma discussão dos meios e fins na pesquisa social. Antes disso, desejo concluir essa seção do capítulo examinando perspectivas sobre a relação entre valores e pesquisas.

A conexão entre valores e pesquisas

Para aqueles que aderem à idéia da “neutralidade de valores” durante o processo de pesquisa, há problemas intransponíveis para organizar uma defesa dessa posição. Se perguntada, a maioria dos cientistas não tentaria manter isso diante dos argumentos avassaladores em contrário. Entretanto, há aqueles que adeririam aos valores da ciência e da objetividade.

Ernest Nagel (1961) estava ciente dos argumentos de que a ciência social não pode ser isenta de valores, mas, para ele, os críticos de suas pressuposições de valor fraccassaram em levar em conta os tipos diferentes de juízos de valor. Assim, Nagel fez uma distinção entre dois tipos de juízos de valor: os *caracterizantes* e os *avaliativos* (Nagel, 1961, p.492-5). Quando os cientistas fazem um juízo de valor caracterizante, estão expressando uma estimativa do grau no qual algo está presente, como a discordância entre as pessoas contrárias à construção de uma estrada em uma área rural ou as atitudes sobre o uso de carros e caminhões e os seus efeitos no aquecimento global. Por outro lado, juízos de valor avaliativos expressam aprovação ou desaprovação de algum ideal moral ou social: por exemplo, a desaprovação de partidos políticos dominantes sobre as metas da Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND). Ao traçar essa distinção, Nagel observa como os dois são com frequência indistinguíveis. Fazemos afirmações que contêm tanto juízos de valor caracterizantes como avaliativos. Não obstante, ele argumenta que a sua separação é uma tarefa prática que não é insolúvel. Se tivermos êxito nela, ficaremos com juízos caracterizantes como constituintes de uma parte rotineira tanto da ciências sociais como das naturais. Desse modo, a possibilidade de uma ciência livre de valores (em termos de juízos avaliativos) é um assunto técnico e não uma impossibilidade teórica.

Max Weber (1949), diferentemente de Nagel, argumentava que o objeto das ciências sociais é fundamentalmente diferente daquele das ciências naturais. Ao tentar entender as pessoas, estamos lidando obviamente com características especificamente humanas, as quais incluem o “significado” e também fenômenos como a “espiritualidade”. Entretanto, a despeito da nossa meta ser um entendimento dos significados subjetivos que as pessoas atribuem ao seu mundo, junto com o de explicação, Weber compartilha a crença de Nagel de que a ciência social pode ser objetiva. Segundo ele, é logicamente impossível para ela estabelecer de maneira científica a verdade dos ideais nos quais as pessoas acreditam – afirmações normativas ou sobre “o que deveria ser”. O que a ciência social permite é a determinação da adequabilidade de um dado escopo de meios para atingir fins especificados. Em outras palavras, se as pessoas desejam alcançar uma meta particular, a ciência social pode auxiliá-las a encontrar a melhor maneira de fazê-lo. Entretanto, ela não pode dizer às pessoas que elas deveriam aceitar um dado fim como um valor ou dizer-lhes em que devem acreditar. Dessa maneira, o papel do cientista social é demonstrar os prós e contras de diferentes meios e talvez os custos sociais, econômicos e políticos envolvidos, mas não dizer às pessoas o que deveriam desejar como fins. Segundo Weber, isso é para “a contemplação dos sábios e filósofos sobre o significado do universo” (Weber, citado em Gerth e Mills, 1948, p.152). A questão para um cientista social, segundo Weber, é a separação absoluta entre dois problemas na condução da sua pesquisa:

primeiro, a afirmação dos fatos empíricos (incluindo os fatos estabelecidos por ele sobre o comportamento “avaliador” dos seres humanos empíricos que está estudando); e segundo, a sua própria posição prática de valor, ou seja, o seu juízo e, neste sentido, a “avaliação” desses fatos (incluindo possíveis “juízos de valor” feitos por seres humanos empíricos, que tornaram-se eles próprios objeto de investigação) como satisfatórios ou insatisfatórios. (Weber, 1949, p.78)

Por que Weber acredita nisso? Muito simplesmente, os valores absolutos são um assunto de fé e não de conhecimento científico. Como cientistas sociais, podemos estar suficientemente comprometidos para escolher uma área particular de estudo e assim fazer um juízo de valor, contudo, a partir desse ponto, o nosso trabalho pode ser objetivo. Logo, os valores entram na pesquisa somente no estágio da seleção do problema.

De modo similar, na sua discussão da teoria social e da política social, Robert Pinker (1971) argumenta que a teoria social deveria ser baseada no que os membros da sociedade realmente acreditam, não no que os teóricos lhes dizem que deveriam acreditar. Além disso, o pesquisador pode procurar “informar ou mudar a opinião pública e ajudar a criar consciência de

problemas onde essa consciência está ausente” (Pinker, 1971, p.131). Logo, a natureza aberta do papel dos valores na pesquisa social é reconhecida nessa formulação, mas os valores não devem determinar o produto final: “a primeira função da teoria científica é... ajudar-nos a distinguir o conhecimento correto do incorreto” (Pinker, 1971, p.130).

Em uma ou outra medida, Weber, Nagel e Pinker compartilham a crença na possibilidade de reunir fatos, embora reconheçam o papel crucial que os valores desempenham no processo (observando que a objetividade é uma posição de valor). O que está em questão são os lugares, papéis e tipos dos valores na pesquisa. De acordo com os críticos dessas posições, a pesquisa social não é um meio neutro para gerar informação sobre realidades sociais (Gouldner, 1962). Ao contrário, é

uma atividade reconhecida por muitos não apenas por desvelar os fatos, mas por construí-los, e o pesquisador desempenha um papel importante nisso. Assim, também coloca-se a questão dos valores nas atividades de pesquisa, e é necessária uma discussão mais abrangente sobre o que é bom – ou seja, que valores deveriam guiar o pesquisador nos seus estudos e intervenções. (Ravn, 1991, p.112)

Uma vez que aceitemos que os valores entram no processo de pesquisa em todos os estágios, pode ser argumentado que os posicionamentos suscitados, de Weber, Nagel e Pinker, baseiam-se em certas versões de objetividade que as variantes do feminismo e da teoria crítica rejeitaram. Os valores não afetam apenas *alguns* aspectos da pesquisa, mas *todos* eles. Além disso, a idéia da objetividade como desligamento foi criticada no Capítulo 1 como sendo baseada em uma idéia de ciência limitada pela sua separação entre razão e emoção. Em vez da tentativa de separar o pesquisador do pesquisado, há aqueles que defendem que se tome partido no processo de pesquisa (Becker, 1967).

Outros, influenciados pela pesquisa baseada no feminismo, defendem a “retrospecção dialógica” que é definida como: “uma troca aberta e ativa entre o pesquisador e o participante em uma parceria de co-pesquisa” (Humm, 1995, p.63). É dito que essa formulação de parceria ativa reconhece que sentimentos e experiências são uma parte rotineira do processo de pesquisa. Para dar conta dessa questão, em vez de tentar distinguir o conhecimento correto do incorreto (Pinker) ou as realidades subjetivas das análises objetivas (Weber), a pesquisa deve ser uma diligência cooperativa na qual os pesquisadores compartilham informações e experiências. Então, o conhecimento “correto” não advém do desligamento baseado em um conceito de razão limitado, como vimos no Capítulo 1. Além disso, é importante observar que o questionamento da relação entre pesquisa e

objetividade como “desligamento” não implica como decorrência que a pesquisa não possa produzir conhecimento acurado.

Para Habermas (1990), o esforço na direção do que chamamos “objetivismo” parte da colocação entre parênteses da dimensão hermenêutica ou interpretativa do processo de pesquisa, fracassando, assim, em perceber as influências históricas sobre a nossa consciência. Se as ciências sociais preocupam-se com a explicação do significado, então, necessariamente, a interpretação desse significado pelo pesquisador deve ser incluída entre os objetos de suas investigações. É nesse ponto que surge uma grande confusão a respeito da isenção de valores. Porque um pesquisador deve explicar o significado de um evento, os valores são claramente parte do processo. Para os pós-modernistas, esses valores são específicos de uma dada comunidade e, assim, relativos, negando-se, desse modo, o desejo científico de generalizar a partir de casos particulares. Entretanto, disso não decorre que os meios através dos quais interpretamos os eventos não estejam eles próprios abertos à investigação racional (Habermas, 1992, 1996). Nesse sentido, é equivocado o argumento de Weber de que os valores essenciais estão além da justificção racional e, assim, do território das ciências sociais.

Aqueles pensadores que defendem a isenção de valores, na forma que for, são vistos como herdeiros de uma distinção mítica entre a razão e a emoção, tão característica das propostas científicas que as feministas buscam desmascarar. Como consequência é esperado que o pesquisador atue em um papel que nenhum indivíduo poderia desempenhar. Para traduzir isso em uma metodologia feminista, o processo de pesquisa deveria tornar-se: “um diálogo entre o pesquisador e o pesquisado, um esforço para explorar e esclarecer o tópico em discussão, para esclarecer e expandir o entendimento” (Acker et al., 1991, p.140).

Para examinar essas modalidades de diálogo entre o pesquisador e o pesquisado, poderíamos dizer que há uma distinção a ser feita entre os diferentes tipos de juízos de valor na comunidade em geral e na comunidade científica em particular. Assim, Helen Longino (1992) fala de valores constitutivos e contextuais. Os primeiros, e internos à ciência, “são a fonte das regras, determinando o que constitui práticas científicas aceitáveis ou método científico”. Por outro lado, os últimos referem-se aos valores sociais e culturais que dizem respeito aos “grupos de preferências individuais sobre o que deveria ser” (Longino, 1992, p.206). Para ela, a erradicação de valores contextuais é um projeto impossível. Ademais, os cientistas devem fazer suposições no seu trabalho, que com frequência continuam instáveis, e, assim, não há maneira pela qual possam ser excluídas do processo científico. A partir dessas considerações, não há fundamento em argumentar que a presença desses valores é indicativo de “má ciência”. Os valores constitutivos não podem excluir os contextuais, e isso abre a possibilidade

para que se possa assumir compromissos de valor explícito e ainda fazer "boa" ciência (Longino, 1992, p.208).

Esses debates ocorrem em contraposição à perspectiva de que não se pode partir dos fatos para os valores: das afirmações "é" para as "deve ser". Entretanto, deve-se ter em mente que um comprometimento com a produção de verdade é um juízo de valor em primeira instância e "não é apenas uma condição de um discurso moral, é uma condição de absolutamente qualquer discurso" (Bhaskar, 1998, p.63). A partir disso, muitas pesquisadoras feministas não procuram a eliminação dos juízos de valor, mas o entendimento deles; não procuram se desligar, mas, ao invés, entender o seu lugar e as suas experiências na pesquisa social como uma parte central do processo e do produto. Esse foco coloca os pesquisadores e as suas experiências no centro da pesquisa, o que também permite um entendimento maior do mundo social. Ademais, a presença do compromisso com a melhoria da posição das mulheres na sociedade e as metas da ciência racional, em um suposto desligamento do mundo social, são incompatíveis e impossíveis de conciliar (Ramazanoglu, 1992). A pesquisa que é explícita e consistentemente feminista é conduzida com o propósito da superação da opressão das mulheres. Assim, os valores explicitamente informam o planejamento, o processo e o produto da pesquisa.

Separar os meios e os fins da pesquisa, da maneira que Weber sugere, não poderia ser sustentado por um programa de pesquisa comprometido com as perspectivas feminista ou crítica. A pesquisa que supõe que os "fatos" podem ser coletados no mundo social simplesmente reflete e perpetua as relações de poder desiguais que já existem na sociedade. A posição de Weber iria impossibilitar o pesquisador de fazer qualquer análise e crítica dos fins que qualquer sociedade, organização ou grupo persegue. Richard Timmuss, que colocou valores como a justiça social no primeiro plano do seu trabalho sobre política social, reconhecia isso: "Não há como escapar dos valores nos sistemas de bem-estar social... Não apenas as políticas públicas tem tudo a ver com valores, como aqueles que discutem os problemas dessas políticas têm os seus próprios valores (alguns os denominariam de preconceitos)" (Timmuss, 1974, p.132).

A visão supracitada não leva a um "vale tudo" científico. Ainda são necessários certos padrões na condução das pesquisas, particularmente se a intenção é manter a idéia de uma "disciplina". Martin Hammersley (1995), em uma defesa neo-weberiana da neutralidade de valores, argumenta que a maneira mais efetiva de alcançar a objetividade, o que não é uma garantia em si mesmo, é através da institucionalização de comunidades de pesquisa que produzem conhecimento. Para ele, não há princípio que fundamente a pesquisa além da neutralidade de valores:

Tomar partido na pesquisa é efetivamente tomar partido *contra* ela. Envolve ou um apelo a uma falsa harmonia de valores ou uma impostura sistematizada

pela qual os ativistas políticos trabalham encobertos pela pesquisa e assim a sabotam. (Hammersley, 2000, p.34, grifo do original)

Agora, as maneiras pelas quais uma comunidade de pesquisadores é construída e se conduz é da máxima importância. Essa é uma questão "internalista" a respeito da ética da comunidade pesquisadora. Ao mesmo tempo, os pesquisadores, quaisquer que sejam as suas perspectivas, defrontam-se rotineiramente com escolhas sobre o que é certo ou errado na condução das suas pesquisas sobre um dado objeto, embora, como observado, Longino não ache que uma comunidade acadêmica possa isolar-se das influências externas. Agora, defrontamos-nos com outro conjunto de questões relativas ao relacionamento entre os pesquisadores e os objetos das suas pesquisas.

A ÉTICA E A SUA RELAÇÃO COM A PESQUISA SOCIAL

Continuando com o tema da reflexividade no processo de pesquisa, esta seção é dividida em duas partes. A primeira parte discute a questão "O que é ética?". A segunda seção examina qual é o lugar que de fato a ética ocupa na pesquisa social considerando a relação entre os meios e os fins e as principais questões éticas que surgem ao longo do processo de pesquisa.

O que é ética?

A ética preocupa-se com a tentativa de formular códigos e princípios de comportamento moral. Aqui, o nosso foco é sobre a capacidade para a investigação ética informar razões para a ação na condução da pesquisa social. Nessa medida, conforme os pesquisadores refletem criticamente sobre seus próprios pontos de vista e os de outros, ou consideram a justificativa para as suas ações em comparação com outros, eles entram na esfera da ética filosófica. Essas considerações são conhecidas como questões de "Segunda Ordem": são questões "sobre as coisas", que implicam em não tomá-las simplesmente pelo seu valor aparente.

Uma definição sobre como os problemas éticos aplicam-se à pesquisa social é dada por John Barnes. Ele define as decisões éticas na pesquisa como aquelas que "surgem quando tentamos decidir entre um curso de ação e outro não em termos da conveniência ou eficiência, mas tendo como referência padrões sobre o que é moralmente certo ou errado" (J. Barnes, 1979, p.16). Aqui, ele está fazendo uma distinção ao basear as decisões éticas em

princípios e não nas *conveniências*. Esse é um ponto importante. As decisões éticas não estão sendo definidas em termos do que é vantajoso para o pesquisador ou o projeto no qual ele está trabalhando. Elas preocupam-se com o que é certo e justo, com os interesses não apenas do projeto, dos seus patrocinadores ou funcionários, mas também de outros participantes.

Ao mesmo tempo, os interesses particulares que governam um projeto de pesquisa podem influenciar aquelas decisões que acontecem subsequentemente. O conhecimento não é um produto politicamente neutro, como sustentariam o positivismo e o empirismo. Portanto, as decisões éticas dependerão dos valores dos pesquisadores e das suas comunidades e informarão as negociações que ocorrem entre o pesquisador, os patrocinadores, os participantes na pesquisa e aqueles que controlam o acesso às informações que os pesquisadores buscam (“controladores de acesso”). O grau de controle que o pesquisador pode exercer sobre o processo também influenciará o exercício das próprias decisões éticas.

Pelas razões supracitadas, as relações entre a ética e a pesquisa social são complexas. Embora o desenvolvimento de um código de ética da pesquisa social seja um objetivo louvável, muitos argumentam que se deveria também buscar identificar aqueles fatores que influenciam a condução da pesquisa. Assim, Warwick e Pettigrew tentaram estabelecer um conjunto de regras, mas observaram que há problemas que residem fora das comunidades de cientistas sociais: “os patrocinadores das pesquisas e a mídia de comunicação de massa. Repetidamente, a nossa discussão mostrou que essas influências contribuem para os problemas éticos na política de pesquisa” (Warwick e Pettigrew, 1983, p.368).

Dado esse estado de coisas, as abordagens da ética e da pesquisa social avançaram de duas maneiras. Essas podem não refletir com precisão todas as decisões éticas que são tomadas, mas são artifícios “heurísticos” valiosos (o que significa ajudar a estudar ou descobrir, como nos “tipos ideais” de Weber). Elas são conhecidas como a *deontologia* e o *consequencialismo*.

As abordagens deontológicas da moralidade estão associadas com a obra de Immanuel Kant (1724-1804). Sob esse ponto de vista, muito simplesmente, os juízos éticos na pesquisa social deveriam seguir um conjunto de princípios que guiam a própria condução da pesquisa. A ética de pesquisa toma uma forma universal e deve ser seguida a despeito do lugar e das circunstâncias nas quais o pesquisador se encontra. Essa é a doutrina do “consentimento informado”. Ela refere-se à concordância dada livremente por parte do pesquisado para tornar-se objeto do processo de pesquisa. Entretanto, ela não se baseia unicamente em um entendimento total dos objetivos e processos da própria pesquisa, mas também supõe incluir quaisquer consequências que decorram da sua divulgação na esfera pública. Um pesquisador pode, e em muitos casos deve, tomar todas as medidas possí-

veis para proteger a identidade de qualquer pessoa ao prever a utilização de alguma informação para propósitos diferentes dos pretendidos.

Observado isso, podem surgir problemas práticos nessas circunstâncias. Por exemplo, considere a pesquisa na internet. Não apenas as fronteiras entre os aspectos públicos e privados da vida podem tornar-se bastante nebulosas, mas também ao buscar o consentimento dos respondentes, de quem ele deveria ser obtido? Quando um grupo é “virtual” e sujeito à mudanças rotineiras na sua composição, isso cria problemas para aqueles que procuram seguir essa doutrina. Ademais, embora os pesquisadores possam procurar ocultar as identidades dos respondentes, como eles podem garantir isso, quando grande parte do que eles fazem está fora do seu controle? Ao mesmo tempo, as ações que observam ou informações que recebem podem elas próprias transgredir leis e códigos morais e éticos. Também deveríamos notar que a observação das exigências da ética formal pode contribuir para excluir grupos particulares. Por exemplo, no caso da realização de entrevistas com menores de 18 anos de idade, pode ser exigido o consentimento dos pais. Assim, são impostas barreiras pelos adultos, que podem impedir que as vozes dos jovens sejam ouvidas. Nesse caso, desde que a pesquisa respeite os interesses desse grupo, ela pode ser justificada sem o consentimento formal dos pais (Alderson, 1999).

Com esses cenários em mente, o consequencialismo não se preocupa tanto em seguir um conjunto de regras invioláveis, e sim com a situação na qual os pesquisadores podem se encontrar e com as consequências dos seus atos. De acordo com essa visão, um conjunto de regras doutrinárias que orientem a condução da pesquisa não leva em conta o contexto. Assim, o código de ética da Associação Britânica de Sociologia afirma: “As garantias de confidencialidade e anonimato dados aos participantes na pesquisa devem ser honrados, *a menos que hajam razões claras e de força maior para fazer diferente*” (1996, p.3, grifo nosso).

Como observado, também se poderia defender que a adesão a códigos de ética deontológicos acarretaria restrições indevidas às atividades e à criatividade do pesquisador, assim como impediria a representação de vozes marginais. Nesse sentido, a ação pode ser justificada se ela impede danos ou ofensa a uma pessoa. Portanto, os dilemas que o pesquisador encontra não são tão diferentes daqueles com os quais nos defrontamos na vida cotidiana. A diferença é que aqueles com quem o pesquisador interage não são normalmente seus amigos íntimos. Para alguns, disso decorre que: “Uma vez que não são íntimos, estamos sujeitos a menos obrigações sociais de manter segredos sobre eles. E podemos lidar normalmente com quase todos os nossos problemas de privacidade mantendo o anonimato das pessoas sobre as quais escrevemos” (Douglas, 1979, p.29).

Douglas não desconsidera aqueles que acreditam na ética profissional, mas aqueles que simplesmente acreditam que as regras éticas de

pesquisa devem ser aplicadas com rigor em todas as situações. Em particular, ele observa que o desenvolvimento da ética profissional fornece uma espécie de salvaguarda contra a violação da liberdade de expressão e pesquisa (Douglas, 1979, p.32). Elas também servem para recordar os pesquisadores sociais sobre suas obrigações ao conduzir o seu trabalho. Entretanto, igualmente, a sua existência pode impedir discussões a respeito de questões éticas e levar o pesquisador a acreditar que a simples observância das regras o desincumbe de ter responsabilidade moral na condução do seu trabalho (Homan, 1991).

Sobretudo, conjuntos de regras éticas rígidos e inflexíveis para a pesquisa social (deontologia) poderiam nos trazer conseqüências indesejáveis. Indo mais longe nessa trilha ética, também poderíamos concluir que “a única maneira segura de evitar violar princípios da ética profissional é abster-se totalmente de fazer pesquisa social” (Bronfenbrenner, citado em J. Barnes, 1979, prefácio). Por outro lado, muito facilmente um sistema frio e flexível envolvendo o “vale tudo” abre as portas da pesquisa para os inescrupulosos, para aqueles que vêm essas considerações como superfúas ou irrelevantes diante da afirmação de uma busca de fins auto-interessada. Como resultado, há aqueles que acham que ambos os lados têm os seus méritos e fragilidades (Plummer, 1990, p.141). Então, para que a pesquisa seja vista como um empreendimento que tenha credibilidade, as relações que são estabelecidas com todos os envolvidos na pesquisa não deveriam, talvez, utilizar alguma base ética que forneça linhas de orientação, mas não simplesmente restrições, para o pesquisador?

Com o grande crescimento na tecnologia da informação e o potencial para uma invasão rotineira da privacidade das pessoas, torna-se mais provável que elas possam se recusar a cooperar com pesquisas. A despeito disso, as pessoas podem estar cada vez mais inconscientes de como o seu comportamento é monitorado rotineiramente pela tecnologia da informação (veja Lyon, 2001). Então, a formulação e a adesão a um conjunto de regras éticas possibilitam que o pesquisador reflita continuamente sobre as expectativas que elas fazem das pessoas e das suas relações com todos aqueles envolvidos com a pesquisa, assim como fazem parte do discurso público sobre a desejabilidade de novas formas de aquisição do conhecimento. Isso não apenas ajuda a impedir que a pesquisa social torne-se porta-voz de interesses escusos, mas também ajuda a manter a cooperação e a confiança pública nela (Bulmer, 1979b). Aqui, o conceito “internalista” de ética entra em jogo. As maneiras nas quais se conduz um centro ou departamento preocupado com a produção de pesquisa social, incluindo como trata os membros da sua equipe e discute as idéias de uma maneira aberta e investigativa, é uma parte fundamental do próprio processo de pesquisa.

As relações entre a ética e a pesquisa social

Ao comparar as questões éticas nas ciências sociais e naturais, John Barnes (1979) observa que aquelas das ciências naturais relacionam-se mais com a aplicação do que com a coleta de informação. Entretanto, a utilização de animais em experimentos e as questões éticas que cercam a energia nuclear e a engenharia genética, por exemplo, tornam essa distinção menos evidente. Portanto, como Barnes (1979, p.17) especulava, essa diferença é muito menos aparente hoje em dia, particularmente na medida em que os estudos da ciência natural esclareceram o papel dos fatores sociais no próprio processo de coleta de dados, levando às chamadas “guerras da ciência” (veja Cooper, 1999).

Deliberadamente, levantei a questão da ética e das pesquisas de ciência natural. Quando se lê sobre a ética nas ciências sociais, há uma tendência a acreditar que as questões éticas não são tão importantes na condução das pesquisas da ciência natural, em oposição ao que ocorreria na ciência social. Além disso, com freqüência a utilização do termo “ciência” traz consigo uma justificativa para a utilização de vários meios de coleta de informação na busca da “verdade”. Também há aqueles para quem o fim pode ser justificado em termos do favorecimento de uma causa política ou do aumento da consciência pública sobre uma questão particular. Essa relação entre os meios e os fins da pesquisa tem sido foco de muitos debates.

Max Weber refere-se à “ética dos fins últimos”. Sob a bandeira da investigação científica na busca da verdade, alguns argumentariam que é possível justificar as suas ações. Entretanto, qualquer que seja o mérito dos seus fins: “A partir de nenhuma ética no mundo pode-se concluir quando e em que extensão o propósito eticamente bom ‘justifica’ os meios e as ramificações eticamente perigosos” (Weber, citado em Gerth e Mills, 1948, p.121). Em outras palavras, os fins não podem justificar os meios. Contudo, no nosso ambiente atual, a pesquisa é altamente dependente de financiamento de agências e governos. Esses organismos têm interesses predeterminados na condução e nas descobertas das pesquisas. Eles podem mesmo impor explicitamente as condições em que deve se realizar a pesquisa, ou, mais comumente, as suas expectativas podem governar as decisões que venham a ser feitas durante a pesquisa: por exemplo, uma pesquisa sobre os setores mais pobres da comunidade com o propósito de determinar a sua “elegibilidade” para receber benefícios assistenciais públicos. A coleta dessa informação deveria ser feita a quaisquer custos para a dignidade dos indivíduos envolvidos para tentar poupar verbas ao governo? Se o governo do momento justificasse as suas ações referindo-se à democracia e “ao desejo da maioria”, isso seria satisfatório? Então, os pesquisadores teriam que se perguntar uma série de questões para justificar eticamente fazer parte de um projeto assim.

Primeiro, se estamos falando do que uma maioria poderia desejar, isso funcionaria em uma “democracia direta”, onde todas as pessoas têm um canal de comunicação para todas as decisões políticas feitas de acordo com seu interesse. Claramente, esse não é o caso em nenhum país que afirmasse uma democracia. Segundo, mesmo que a maioria “desejasse” isso, como um dos maiores defensores da democracia, Alexis de Tocqueville (1805-59) estava bastante ciente, pode predominar a “tirania da maioria”. Então, os direitos da minoria podem ser ignorados e não precisando voltar muito na história ou dando uma olhada nos tempos modernos podemos ver as consequências desastrosas desse curso de ação. Terceiro, os pesquisadores poderiam perguntar-se que autonomia teriam em relação aos patrocinadores em um projeto para exercer alguma discricção no delineamento, na coleta e na análise de dados; sem falar na previsão de como os resultados poderiam ser utilizados.

Se os pesquisadores ignorassem os fins para os quais a sua pesquisa é dirigida, e há aqueles que o fazem invocando várias justificativas, poderiam prover os meios para fins dúbios. Declarações de ignorância ou falta de controle podem ser justificadas em alguns casos, mas pode ocorrer “conluio”, queiram os pesquisadores ou não. Além disso, uma recusa em realizar uma pesquisa dificilmente significa que a pesquisa não ocorrerá. Como Homan (1991, p.182) o define: “Os profissionais podem retaliar uns aos outros tanto com suas moralidades como com as suas éticas”. Alternativamente, o que são questões morais podem ser reconstruídas como sendo moralmente neutras, assim aparentemente liberando o pesquisador das complicações e dificuldades tidas como decorrentes dessas considerações. Esse processo foi observado a respeito das práticas de *marketing* e da indiferença moral (Desmond, 1998).

Para Weber, a ciência social pode fornecer somente os meios, mas não dizer às pessoas os fins para os quais deveriam ser empregados. Os pesquisadores podem mesmo advertir sobre os melhores meios para perseguir determinados fins, mas, novamente, não podem comentar, como cientistas sociais, sobre os fins em si mesmos. Isso é problemático. Como observado, Habermas desafiaria, de um ponto de vista racional, os valores que governam os fins para os quais a pesquisa é utilizada. De modo mais geral, seria possível argumentar que os meios estão relacionados aos fins inextricavelmente. A relação na pesquisa é complexa e não há respostas simples. Ela é ainda mais obscurecida por uma série de fatores. Sobretudo, em certa medida uma comunidade científica organiza-se de maneira a promover a investigação livre e racional e reconhecer e trabalhar contra, e não com, as relações de poder subjacentes. Por exemplo, tenho em mente as relações entre os membros jovens e antigos de uma equipe, as mulheres e os homens, os negros e os brancos, aqueles que defendem e aqueles que são

vistos como ameaçadores para uma ordem estabelecida e aqueles com contratos temporários ou contratos permanentes. Sem haver consciência disso, prática duvidosas tendem a florescer.

Ainda nos resta uma questão: “a produção de conhecimento deveria ser perseguida a qualquer custo?” Em caso positivo, podemos justificar os nossos meios em termos dos nossos fins. Não há uma resposta simples para isso. Uma vez que a pesquisa chegue à esfera pública, como Warwick e Pettigrew (1983) observaram, o controle que o pesquisador pode exercer sobre ela muda. Com o crescimento da tecnologia da informação e o uso que as descobertas de pesquisa podem vir a ter, os pesquisadores descobrem que o seu poder é limitado diante das comunicações de massa. Entretanto, esse não é um relacionamento de uma via simplesmente. Uma disseminação ampla da informação também pode funcionar para sabotar os interesses preestabelecidos, como ficou claro na utilização de informação codificada na internet por aqueles que lutam contra regimes totalitários. Portanto, os pesquisadores podem tomar decisões táticas no processo de pesquisa que têm um conteúdo ético em relação às possíveis consequências. Nesse balanço entre a privacidade das pessoas e a geração de conhecimento, um debate clássico centrou-se ao redor de um projeto de pesquisa realizado por Laud Humphreys (1970). Embora esse trabalho seja datado, com frequência ele é incompreendido e ilustra muito claramente os dilemas que a pesquisa social ainda enfrenta.

Humphreys conduziu a sua tese de doutorado como um observador participante oculto (observação conduzida sem o conhecimento daqueles sendo observados). Ele enfocou uma série de atos homossexuais que ocorriam em locais que eram conhecidos como “salas de chá” (salas de descanso públicas). Ele tornou-se participante familiar da cena social. Isso foi auxiliado pela sua experiência pastoral em uma parte de Chicago conhecida como *queen parish**, por “dar voltas em dez bares gays que operavam na área metropolitana” e por frequentar “reuniões privadas e o baile anual” (Humphreys, 1970, p.25). Como resultado, ele pode adotar o papel de *watch-queen***, cuja função era atuar como um vigia, mas cujo prazer de observar encontros homossexuais também era reconhecido. Nesse papel, ao qual denominou “o sociólogo como *voyeur*”, ele foi capaz de registrar os eventos que testemunhou.

Durante o período de suas observações, Humphreys tomou nota do número de 134 placas dos carros que pertenciam aos homens. Fingindo ser um pesquisador de mercado e utilizando-se de contatos de amizade na polícia, ele coletou os nomes e endereços dos mesmos. Passado quase um ano, depois de mudar de

*N. de T. A tradução literal de *queen parish* é “freguesia da rainha”, porém aqui a expressão faz referência a uma região onde há concentração de *drag queens* e homossexuais.

**N. de T. *Watch-queen* – rainha-vigia.

aparência e agora empregado em uma *survey* sobre saúde pública masculina, ele pediu permissão ao diretor do projeto para acrescentar cem daqueles nomes originais na *survey* de saúde. O fez para coletar dados adicionais sobre os participantes. A maioria dos homens no seu estudo eram casados e membros não declarados da comunidade guei – com frequência não se consideravam nem bissexuais, nem homossexuais. Então ele telefonou para as casas deles, sob o pretexto da *survey* de saúde, para conduzir a sua pesquisa adicional. Os seus nomes foram mantidos em um arquivo lacrado, nenhum meio de identificação aparecia nos questionários, e os cartões de entrevista foram destruídos depois de finalizado o programa (Humphreys, 1970, p.42).

As reações à publicação do estudo de Humphreys foram variáveis. Como ele observa em um pós-fácio no livro: “muitos sugeriram-me que eu devia ter evitado totalmente esse objeto de pesquisa” (Humphreys, 1970, p.168). Ele foi acusado de fraude, invasão de privacidade e de ter aumentado a probabilidade de prisão dos elementos da amostra pela polícia. Comentou-se que alguns professores da Universidade de Washington ficaram tão chocados “que solicitaram (sem sucesso) que o título doutoral de Humphreys fosse revogado” (Kimmel, 1988, p.23). Por outro lado, alguns cientistas sociais e membros da comunidade guei consideraram que a pesquisa lançou “luz sobre um segmento pouco conhecido da sociedade” e que rompeu “estereótipos e mitos” (Kimmel, 1988, p.23).

Nesse sentido, poderia ser dito que os meios justificaram os fins. Humphreys trouxe para a esfera pública um entendimento sobre uma questão que a sociedade americana havia feito muito para reprimir. Entretanto, para os seus críticos, os meios nunca podem justificar os fins, pois práticas de manipulação e impostura “essencialmente ajudam a produzir uma sociedade de cínicos, mentirosos e manipuladores e sabota a confiança, que é essencial para uma ordem social justa” (Warwick, 1982, p.58). Contudo, para aqueles que utilizaram esses métodos, eles podem ser justificados de acordo com a natureza dos materiais de pesquisa que produzem em relação ao poder que um grupo pode deter sobre outro.

A pesquisa de Rosenhan (1982) envolveu oito pessoas sãs que foram admitidas como “pseudopacientes” em hospitais psiquiátricos. Isso foi feito depois destes apresentarem certos “sintomas”. Pode-se defender que através desse processo a pesquisa obteve informações sobre a diagnose psiquiátrica não disponíveis por outros meios. Ficou evidente que, a despeito da “ciência” da psiquiatria, “não podemos distinguir o são do insano nos hospitais psiquiátricos” (Rosenhan, 1982, p.36). Como ele observa, essa era uma crítica geral do sistema psiquiátrico e não visava aos indivíduos que trataram esses pseudopacientes. De fato, ele observa que essa equipe era comprometida e foi cuidada com os pacientes (Rosenhan, 1982, p.37). Portanto, essa pesquisa demonstrou como o conhecimento pode ser empregado para obter

um bom efeito: “pela utilização benigna do disfarce e pelo uso do disfarce para obter informações, a pesquisa aumentou e não diminuiu sua credibilidade” (J. Barnes, 1979, p.125).

De modo semelhante, a reflexão de Nigel Fieldings (1981) sobre o seu trabalho no partido político *National Front**, o apresentou no papel de intérprete entre o funcionamento interno dessa organização e a sociedade em geral. A sua esperança era que o resultado final auxiliasse as pessoas fora da organização a “entenderem o apelo dela” e que, em uma vertente mais política, que isso capacitasse os oponentes do *National Front* a “persuadirem aquelas pessoas suscetíveis a aderirem ao partido de que as repostas para os nossos problemas não residem em políticas racistas” (N. Fielding, 1982, p.104).

Claramente, a relação entre os meios e os fins na pesquisa social e as decisões éticas, o poder e a disposição dos próprios pesquisadores são questões difíceis. Qualquer debate tende a focar no uso da observação participante oculta, porque ela parece levantar as questões centrais da produção de conhecimento e do seu relacionamento com a privacidade. Contudo, em uma sociedade da informação, onde tantos dados sobre os indivíduos são armazenados rotineiramente (Poster, 1990; Lyon, 2001), as invasões de privacidade têm grande tendência a tornarem-se rotina em nossas vidas. Isso não dá licença para a pesquisa social conduzir-se sem a devida consideração em relação à privacidade. Entretanto, amplia o alcance da ética e da pesquisa social para incorporar as *surveys* (Bulmer, 1979a), em oposição a focalizar exclusivamente a observação participante oculta. Esse é sempre o problema nas discussões sobre pesquisa social e ética, pois desvia a atenção de outras questões igualmente importantes relativas a outros métodos. Também pode favorecer uma atitude menos crítica a respeito de práticas sociais mais gerais. Essa observação fundamenta os comentários de Homan de que o que os críticos dos métodos de observação oculta poderiam proveitosamente fazer é demonstrar porque “deveria ser esperado que essas práticas se conformassem a padrões não seguidos por outros” (Homan, 1991, p.114). Isso também enfoca a nossa atenção na relação entre a produção de pesquisa e a utilização que dela é feita subseqüentemente.

RESUMO

A partir das nossas discussões sobre os valores e a ética, ficou evidente que a idéia de uma pesquisa livre de valores é problemática. De fato, a

*N de T. Partido político britânico de extrema direita.

isenção de valores é em si uma posição de valor! A pesquisa social acontece em um contexto no qual muitas das suas regras de procedimentos são consideradas como pressupostos implícitos. Essas "suposições de fundo" (Gouldner, 1971), sobre as quais as decisões de pesquisa e análise são baseadas, deveriam estar abertas a escrutínio. Sem isso, a pesquisa social pode refletir os preconceitos da sociedade em geral ou de uma comunidade de pesquisa em particular muito facilmente. Ao mesmo tempo, vale lembrar que a vida social, embora iluminada pela pesquisa social, não depende essencialmente dela. Constantemente são tomadas decisões que afetam as nossas vidas diretamente as quais não são baseadas em pesquisa sistemática. Como o aponta um analista: "A vida não pode esperar pela pesquisa social para ir em frente" (Shipman, 1988, p.67).

Como destacaram as feministas e os críticos radicais, simplesmente "conhecer sobre" as questões de valores e a ética não constitui uma base suficiente sobre a qual se possa conduzir pesquisas; elas precisam integrar a própria prática de pesquisa. Os valores e experiências não são algo a ser posto entre parênteses como se sua entrada no processo fosse vergonhosa. Pelo contrário, atualmente muitos defendem que é necessário um exame dos valores básicos e da sua relação com as decisões e estágios da pesquisa para prover justificativas para pesquisa social válida e significativa. O objetivo não é a sua eliminação, pois isso é impossível. Ao invés, essas críticas reconhecem que a pesquisa acontece em um contexto em que freqüentemente a predominância de certos interesses e valores implica cava exclusão de outros. Então, a pesquisa "objetiva" não é alcançada ao se aceitar de modo acrítico aqueles como auto-evidentes. Com freqüência, essa perspectiva resulta na perpetuação de práticas discriminatórias. Ao mesmo tempo, os pesquisadores podem ter que reconhecer que o seu poder individual para atuar sobre esse estado de coisas pode ser limitado. A despeito dos seus melhores esforços, eles não podem garantir o controle sobre a utilização que a pesquisa pode vir a ter, nem esperar exercer pleno controle sobre o processo.

Os pesquisadores sociais precisam reconhecer que há limites para se contrapor às sociedades das quais todos nós fazemos parte. Entretanto, este reconhecimento não dá licença para a aquiescência, nem diminui a responsabilidade de uma comunidade de pesquisa no sentido de esboçar e se conformar a um conjunto de regras éticas que se constituem em, pelo menos, um começo. O desenvolvimento e a aplicação de ética de pesquisa são requeridos não apenas para manter a confiança pública e tentar proteger os indivíduos e grupos do uso ilegítimo de descobertas de pesquisa, mas também para assegurar o seu *status* como empreendimento legítimo e válido.